

DECRESCIMENTO X DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL |¹ O DEBATE² Degrowth x sustainable development | the debate

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do³
BUARQUE, Sérgio Cavalcanti.⁴
BUARQUE, Cristovam⁵

Resumo:

O debate parte do princípio de que o modelo de desenvolvimento econômico capitalista se encontra questionado. A dinâmica econômica e a produtividade do trabalho caem no mundo inteiro; a desigualdade social aumenta assustadoramente; a instabilidade financeira coloca o mundo em face de crises; e os impactos nocivos sobre a natureza são crescentes, colocando em risco a sobrevivência da humanidade. Os autores discutem duas alternativas que tem se sobressaído neste século: o desenvolvimento sustentável, criação da ONU por meio do relatório Brundtland, de 1987; e o decrescimento, resultado de um movimento intelectual, sobretudo europeu. A alternativa do DS propõe a continuidade do crescimento econômico, mas com respeito a distribuição das riquezas e a preservação da natureza. O decrescimento julga que esta proposição é um oxímoro, uma contradição em si, e propõe que haja um decrescimento da produção e consumo do Norte e um crescimento adequado aos ecossistemas no Sul.

Palavras-chave: Desenvolvimento Sustentável; Decrescimento; Crise; Capitalismo.

¹ Os artigos aqui expostos foram originalmente publicados na revista semanal digital - *Será? Penso, logo duvido*, entre os meses de outubro de novembro de 2020.

² Enviado em: 05 Abr. | Aprovado em: 30 Abr. (Autores convidados)

³ Sociólogo, doutor em sociologia pela Université Rene Descartes, Paris V, e professor no Programa de Pós-Graduação do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília (UnB). elimarcds@gmail.com, <http://orcid.org/0000-0002-8514-2117>

⁴ Economista, Mestre em Sociologia pela UFPE, consultor. Faculdade de Ciências da Administração da de Pernambuco/Universidade de Pernambuco (FCAP/UPE). scbuarque@gmail.com

⁵ Engenheiro, doutor em Economia na EHESS/Paris, ex-reitor, ex-governador do DF e ex-senador; professor emérito da Universidade de Brasília (UnB). buarquecristovam@gmail.com

Abstract:

The debate starts from the principle that the capitalist economic development model is being questioned. Economic dynamics and labor productivity are dropping worldwide; social inequality is increasing alarmingly; financial instability is pushing the world into crisis; and the harmful impacts on nature are increasing, putting the survival of humanity at risk. The authors discuss two alternatives that have stood out in this century: sustainable development, created by the UN through the Brundtland report in 1987; and degrowth, the result of an intellectual movement, especially in Europe. The SD alternative proposes the continuity of economic growth, but with regard for the distribution of wealth and the preservation of nature. Degrowth considers this proposal to be an oxymoron, a contradiction in itself, and proposes a decrease in production and consumption in the North and an adequate growth to the ecosystems in the South.

Keywords: Sustainable development; Degrowth; Crisis; Capitalism.

INTRODUÇÃO

Durante os meses de outubro/novembro de 2020 a revista *Será? Penso, logo duvido* foi palco de um debate entre Elimar Pinheiro do Nascimento e Sérgio Cavalcanti Buarque, com participação de Cristovam Buarque, em torno da noção de decrescimento, uma das expressões do pós-desenvolvimentismo.

Os autores se colocam, o primeiro em defesa da noção de decrescimento e o segundo contra, argumentando com a pertinência do conceito de Desenvolvimento Sustentável, como vem sendo propugnada pelos organismos internacionais desde os anos 1990, embora suas raízes encontrem-se na década de 1970.

O debate, evidentemente, não se encerrou com a vitória de A ou B, mas com o ganho de todos pela ocasião de terem mais informações sobre a natureza destas propostas de saída do atual modelo econômico vigente, marcado por sua profunda irracionalidade. Ou seja, propostas de superar as ameaças provenientes da atual crise ecológica.

É um debate entre propostas irmãs, mas nem por isso ausentes de contradições entre si, como bem demonstra o confronto de ideias aqui expostos. Debate relevante em face dos desastres ecológicos, aumento da desigualdade intra e inter países e crescimento das ameaças sobre o futuro da humanidade.

ARTIGO 1.

ALGUMAS NOTAS SOBRE A ORIGEM DO DECRESCIMENTO

Elimar Pinheiro do Nascimento

2 de outubro de 2020

Vários pensadores, entre os quais Yuval Harari e Edgar Morin, têm sugerido que teremos um mundo melhor após a pandemia, com mais solidariedade, controle do capital financeiro, maior preocupação com os sistemas de saúde, o aumento da importância de reduzir a desigualdade e eliminar a fome. Contudo, esta é apenas uma possibilidade, dentre outras. Depende das medidas que os governos tomarem, das mudanças nos valores e percepções das pessoas e, sobretudo, do crescimento da sensibilidade sobre a irracionalidade do modelo econômico que criamos no século XIX.

Não creio que haja qualquer mudança de caráter geral de forma significativa. Mas, algumas reflexões e proposições, que existem há alguns anos, tenderão a ganhar maior relevância e visibilidade. Uma delas será a do decrescimento, que consiste em nos libertarmos da ideologia do crescimento contínuo, que funda a irracionalidade da degradação ambiental promovida pelos humanos sobretudo após a revolução industrial que criou o modelo econômico vigente.

O decrescimento não propõe apenas a redução do crescimento econômico, e menos ainda uma recessão. É bem mais complexo que isso. Trata-se de uma tentativa de responder a um dos dilemas centrais da humanidade hoje: continuar o crescimento econômico da forma como fizemos desde o século XIX, destruindo ecossistemas, dos quais dependem nossas vidas, com risco de enfrentar um colapso ambiental, social, político e econômico de consequências inimagináveis, ou planejar um decrescimento que nos conduza a outro estilo de vida, de produção, de consumo e de relacionamento social, com novos valores e nova concepção de vida, reduzindo, assim, o uso de recursos naturais e fontes energéticas fósseis, sem prejudicar a qualidade de vida dos humanos. Ao contrário, melhorando os níveis de saúde, habitação, educação, segurança e lazer, enfim, melhorando o nível de bem-estar da maioria das pessoas.

O decrescimento, ou como alguns preferem, acréscimo, é uma das principais correntes do campo da sustentabilidade. É a mais crítica ao modelo econômico vigente, e mesmo à ideia do desenvolvimento sustentável. É um movimento cultural que reúne intelectuais e militantes das mais diversas origens, profissões e países. Um movimento ainda muito minoritário, mas ativo. Compreendê-lo exige ter presente que suas origens têm duas fontes distintas. A primeira é a crítica à ideologia do crescimento econômico e, sobretudo, ao consumismo. A segunda é mais recente: resulta da percepção dos limites físicos do desenvolvimento, na medida em que parte dos recursos naturais não são renováveis, e, portanto, são finitos.

Decrescimento não é um conceito, nem uma teoria, nem um modelo, dizem seus adeptos. Trata-se, na expressão de Paul Ariès, economista e jornalista francês, de uma “expressão ônibus”, que comporta muitas assertivas e proposições em torno do tema do reconhecimento dos limites físicos e da necessidade de uma mudança urgente. Nas palavras de um dos criadores deste movimento cultural, Serge Latouche, trata-se de um slogan político que reage à destruição ambiental que assistimos e desvela as suas prováveis consequências sobre o destino da humanidade. Mais diretamente, é o reconhecimento de que não é possível um crescimento infinito em um mundo finito. Ou ainda, trata-se de um movimento que propõe o abandono de uma religião: a do crescimento sem limites, por meio do abandono da ideia de progresso contínuo que marcou a humanidade desde o século XVIII com a sua ideologia positivista.

Não se pode confundir o decrescimento com recessão econômica, como ocorre atualmente, e não significa, rigorosamente, que a economia tem que decrescer em toda parte e em todos os segmentos produtivos. Esta é uma ideia tola ou de má fé. No Norte do planeta é necessário reduzir o consumo, pois ele é excessivo, assim como entre as camadas mais ricas do Sul; neste, é preciso, sobretudo, retirar as pessoas da miséria e da pobreza, o que implica em ampliação do consumo e, conseqüentemente, da produção. Em resumo, o decrescimento deve observar as características de cada local, de cada grupo social. São os indivíduos, com suas organizações específicas, que devem decidir qual a melhor forma de fazê-lo. Decidir o que decrescer (drogas, armas, artigos suntuosos e sorvedouros de recursos naturais) e o que crescer (alimento saudável, transporte não nocivo, habitação adequada, prevenção na saúde e educação de qualidade para todos). As iniciativas devem ser múltiplas e retroalimentadas. Como diz Morin, é um movimento

contraditório, pois é preciso “crescer, decrescendo”.

Os participantes desse movimento intelectual buscam viabilizar uma proposta mais simples e mais modesta de sociedade, uma sociedade que comporte, de forma justa, o conjunto da humanidade neste barco finito que partilhamos, e que alguns denominam de forma *convivial*, em homenagem a Ivan Illich, que defendeu o convivialismo, a valorização da riqueza das relações sociais sobre o consumo de bens materiais. O decrescimento, partindo de uma desconstrução da ideia de desenvolvimentismo, propõe uma alternativa à sociedade produtivista e consumista sem limites, com uma proposta que é fácil de ser compreendida, mas muito difícil de ser operacionalizada: trabalhar menos, consumir menos e viver melhor, com mais tempo para o autodesenvolvimento, o afeto, o lazer, a criatividade.

A maior ousadia dos autores que circulam em torno desse movimento é a de propor superar a economia de mercado, o capitalismo, sem recurso a uma revolução violenta, como predominou nas propostas do século XX, pela simples razão de que o atual modelo econômico capitalista levará a humanidade a uma catástrofe, e as revoluções, com exceção da China e de Cuba, conduziram a formação de “Gulags”. Como sugere André Gorz, “a saída do capitalismo é um imperativo, a questão é saber se sairemos de forma civilizada ou de forma bárbara... o decrescimento é um imperativo de sobrevivência”.

Evidentemente, a postura de crítica à ideologia do crescimento econômico não data de hoje, nem os atores do decrescimento consideram-se pioneiros. Eles reconhecem que muitos antecedentes abriram o caminho para mostrar as incongruências e (in)consequências de um crescimento econômico desenfreado e produziram ideias nas quais eles se inspiram. São ideias e proposições provindas de vertentes distintas e tradições singulares, e mesmo divergentes.

Nas obras dos economistas clássicos como Adam Smith, Thomas Robert Malthus e David Ricardo já se encontram indícios da ideia de um decrescimento, porque estes autores acreditavam que a economia não podia crescer eternamente. A queda da taxa de juros na agricultura e depois na indústria, a finitude de terras agriculturáveis e o crescimento populacional eram, para esses pensadores, as barreiras intransponíveis ao crescimento econômico continuado. Smith defende em *A Riqueza das Nações* a existência de ciclos da economia que conhecem o crescimento acelerado, em seguida o estado

estacionário e, finalmente, o decrescimento. Ou seja, a economia reduziria normalmente o seu ritmo de crescimento pelo esgotamento dos fatores de produção, até começar a decrescer. John Stuart Mill partilhava das mesmas ideias. Em contraposição, os economistas neoclássicos, que se tornaram dominantes no século XX, insistem na substitutibilidade dos fatores de produção. Trata-se de uma ideia insustentável, mas que fez muito sucesso e ainda tem o seu prestígio.

A ideia do esgotamento do modelo econômico vigente não se encontra apenas nos escritos dos economistas clássicos. Nos anos 1930, o economista Alvin Hansen declarou que a economia havia chegado à sua maturidade e deveria entrar em um período de estagnação. A resposta não tardou. Veio com Keynes, que propôs a intervenção do Estado na esfera econômica como a forma de superar a tendência normal da economia de caminhar em direção à estagnação. Keynes tinha razão e se tornou a referência econômica dominante no mundo capitalista até o início dos anos 1970. Nesta década seu modelo começou a tornar-se ineficiente, sendo substituído pelo liberalismo radical na economia, com as vitórias de Margareth Thatcher (1979-1990) e Ronald Reagan (1981-1989) e George Bush (1989-1993).

Uma outra tradição antiga tem raízes na segunda lei da termodinâmica de Nicolas Sadi Carnot (1796-1832), conhecida como a lei da entropia, que mede a energia resultante do processo produtivo como uma energia inútil. A partir dela, e de forma simples, o processo produtivo não passa da transformação de energia de baixa entropia em energia de alta entropia, ou seja, energia de muito utilidade para energia de pouco uso.

Se quisermos identificar as origens mais recentes do decrescimento, a melhor época seria a década de 1970, com a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento Humano, em Estocolmo (1972), na qual se discutiu abertamente os limites biofísicos do crescimento econômico. Esta década foi importante não apenas pela conferência, mas também, e talvez sobretudo, por diversos textos que vieram à luz. Os Meadows e outros publicaram um livro que se tornou um *best seller*: *The Limits to growth*. Os Meadows e colaboradores analisaram diversas possibilidades de futuro, utilizando algumas variáveis-chave como o crescimento populacional, o consumo de recursos naturais não renováveis, a quota de produção de alimentos por capital, as fontes energéticas, o produto industrial *per capita* e a poluição. E sinalizaram como os limites físicos do planeta se tornam cada vez mais presentes, e se não mudarmos o modelo

de desenvolvimento eles tenderão gradativamente a se esgotarem, colapsando nossa civilização.

Outros trabalhos, igualmente importantes, vieram à luz nesta década. Nicholas Georgescu-Roegen foi o grande inspirador dos economistas e bioeconomistas do decrescimento, na medida em que associa o princípio físico da entropia às ciências econômicas, considerando a economia como parte da biologia. Em seus trabalhos demonstra que todo processo produtivo transforma recursos naturais em mercadorias, que se transformam por sua vez em dejetos que não podem ser integralmente reciclados. Para Georgescu-Roegen, o uso da energia é irreversível, assim como o de recursos naturais não renováveis e, em parte, o uso dos renováveis, quando o seu ecossistema é destruído. Dessa forma estamos condenados ao fracasso se não mudarmos o modelo econômico.

Ivan Illich, polímata austríaco, é outro dos antecessores relevantes do decrescimento. Sua obra também data dos anos 1970 e inspirou a ideia de pós-desenvolvimentismo junto aos cientistas sociais. São várias suas contribuições ao decrescimento, como as críticas aos efeitos das tecnologias no estilo de vida moderno. Mas, ele se sobressai, quando propõe a noção de convivialidade, das suas ideias originais a que ganhou maior fama. Nela reside uma crítica à tecnologia que foge de nosso controle (exemplo, usina nuclear) ou que nos expropria da capacidade de gerir nossas vidas (sistema financeiro), e um elogio aos instrumentos que podemos controlar (exemplo, a bicicleta), verdadeira tecnologia social, que ele denomina de convivial. Mas, sobretudo, ele se destaca ao propor a ideia de que são a amizade, a confiança e o compartilhamento de ideias que conformam o alicerce fundamental da sociedade humana. É preciso reconstruí-la, na medida em que a sociedade moderna, desenvolvendo o individualismo, quebrou os vínculos sociais, substituindo-os por vínculos mercantis, levando-nos ao consumo, simultaneamente, ostensivo e nocivo.

Illich nos anos 1970, em um conjunto sucessivo de livros, artigos e conferências, tentou demonstrar o princípio da inflexão perversa: todo e qualquer fenômeno, a partir de um certo momento de desenvolvimento, torna-se irracional e prejudicial a seus próprios autores. Passa a produzir mais malefícios do que benefícios. Assim, o excesso de escolarização pode produzir a castração criativa das crianças (*Une Société sans école, 1972*); o mesmo ocorre com o aumento da medicalização, que passa a ter reflexos mais

negativos que positivos sobre a saúde das pessoas (*Némesis Médicale: l'expropriation de la santé*, 1975); no transporte, o crescimento contínuo do uso de automóveis leva seus proprietários a uma situação irracional, pois o tempo despendido para sua manutenção e uso, incluindo a compra e os gastos de manutenção dos veículos, apresenta um balanço negativo (*Énergie et équité*, 1975)⁶. Assim, com o crescimento da frota de automóveis a cidade passa a se movimentar mais lentamente; com o aumento da ingestão de medicamentos os efeitos colaterais aumentam e a saúde das pessoas se torna mais débil; com o excesso de escola as crianças se tornam menos criativas. O desenvolvimento econômico provoca externalidades negativas cada vez maiores e ausentes dos cálculos dos economistas e gestores públicos. Não costumamos a calcular os gastos da sociedade no sistema de mobilidade por automóvel: dispêndio com medicação e cuidados médicos decorrentes do stress; gastos na manutenção das estradas; despesas com cuidados médicos nos acidentes, que poderiam estar sendo investidos em segurança, educação ou lazer, além de perdas de vidas etc.

Cornelius Castoriadis, psiquiatra, economista e filósofo grego-francês, crítico do capitalismo e dos efeitos do crescimento da tecnologia a todo custo, é outro intelectual que não pode ser omitido. Defende que as proposições políticas dos partidos defensores dos direitos humanos devem integrar a natureza. Chama a atenção, entre outros, para os limites e irracionalidade do PIB, ainda nos anos 1970, pois os valores produzidos fora do fluxo de mercado não são contabilizados. Ironicamente, Castoriadis dizia, constantemente, ser preferível ter um novo amigo do que um carro novo. Contudo, ao inverso do carro novo, o amigo não conta para estimular o PIB.

Outro autor importante é Herman Daly (economista norte-americano, discípulo de Georgescu-Roegen, antigo chefe do departamento ambiental do Banco Mundial). Ele defende a tese de que o crescimento contínuo é uma impossibilidade e que a alternativa é a economia estacionária ou condição estacionária. Para Daly, esta é uma forma de ampliar a longevidade da espécie humana. Não permite salvá-la do aniquilamento, porém permite adiar sua extinção por séculos. Lembrando o título do livro de Ailton Krenak: *Ideias para adiar o fim do mundo*.

⁶ Nos acostumamos, erroneamente, a mensurar o tempo do automóvel apenas por aquele despendido no seu uso na mobilidade, esquecemos de acrescentar o tempo gasto para sua compra e manutenção (impostos, multas, combustível, reposição de peças e pneus, lavagem, estacionamento etc) que custam dinheiro, ou seja, tempo.

O livro de Celso Furtado – *O mito do desenvolvimento* –, de 1974, contribuiu para criar um clima favorável à ideia do decrescimento, na medida em que defende a tese de que o desenvolvimento não pode ser universalizado. Trata-se de um mito que se vende aos povos do Sul, mas irrealizável para todos, pois o padrão de consumo dos países ricos não pode ser generalizado a todas as sociedades. O planeta não comporta.

Uma parte dos membros do movimento pelo decrescimento se aproxima do *Mouvement Anti-Utilitariste en Sciences Sociales* (MAUSS), liderado por Alain Caillé, desde a década de 1980. Este economista e filósofo francês defende que a dádiva (dar, receber e retribuir) é um dos princípios organizativos não apenas de sociedades pretéritas, mas ainda presente em diversos espaços da sociedade moderna e que pode ser ampliado no sentido de construir a sociedade convivial.

Um livro recente, organizado por Manuel Castells, trata das iniciativas econômicas à margem da economia de mercado – *Uma outra economia é possível* (Zahar, 2019). No Brasil, a literatura sobre decrescimento era incipiente até 2012, quando foi publicado o livro – *Enfrentando os limites do crescimento: sustentabilidade, decrescimento e prosperidade*, com 22 artigos (Garamond).

Parte dos defensores do decrescimento considera que o movimento se dedica a gerar ideias e sugestões que permitam produzir, aos poucos, uma sociedade distinta, ou seja, mais saudável, mais simples, mais convivial. É nessa perspectiva que se inserem aqueles que, como Alain Caillé, inspirando-se no pensamento de Marcel Mauss, propõe que a ordem social é irredutível à ordem econômica e contratual. Isto é, o que dá vida aos mercados econômicos não é a universal e abstrata lei da oferta e da procura, mas a cadeia de interdependência e relações de confiança. Como diz Castells, a economia é cultura. Além disto, o acúmulo de riqueza não é nada sem o reconhecimento social.

Os decrescentistas propõem uma reinserção do Estado e do mercado numa ordem social e política que tenha um novo sentido cultural e global. O seu objetivo pode ser resumido na proposta de reconciliar a economia e a ética. Cristovam Buarque defende ideia similar, propondo que haja duas linhas de limites ao consumo: a primeira define o mínimo que cada pessoa deve ganhar para ter uma vida digna e quando cada pessoa não tem esse mínimo, o Estado supre (a linha da dignidade); a segunda, define o limite máximo do que uma pessoa ou uma família pode consumir, independente do que auferiram como

renda, é a linha ecológica. Linhas que devem ser definidas mediante um acordo de nações, um desafio, portanto, a uma nova governança global.

Em plena pandemia (segundo *El Clarin de Chile*, 23/04/2020), 170 acadêmicos holandeses assinaram um manifesto em cinco pontos, entre os quais o primeiro cita nominalmente o decrescimento; “Pasar de una economía enfocada en el crecimiento del PIB, a diferenciar entre sectores que pueden crecer y requieren inversión (sectores públicos críticos, energías limpias, educación, salud) y sectores que devem decrecer radicalmente (petróleo, gas, minería, publicidade etc)”.

A título de conclusão apresentamos algumas sugestões bibliográficas que podem alimentar o conhecimento e o debate sobre o decrescimento.

ACOSTA, Alberto. **O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos**. São Paulo: ed. Elefante, 2016

BÁDUE, Ana Flavia P Louzada. **Décroissance: uma abordagem antropológica da política, economia e do meio ambiente**. Dissertação de Mestrado. USP, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2012.

CAILLÉ, Alain. **Éléments d’une politique convivialiste**. Lormont : Le Bord de l’Eau, 2016

CASTELLS, Manuel (Org.) **Outra economia é possível. Cultura e economia em tempos de crise**. Rio de Janeiro : Zahar, 2019.

CASTORIADIS, Cornelius. **Uma sociedade à deriva**. Ideias e Letras, 2006.

CECHIN, Andrei. **A natureza como limita da economia. A contribuição de Georgescu-Roegen**. São Paulo: Senac, 2010.

DALY, Herman. Crescimento sustentável? Não, obrigado. **Ambiente e Sociedade**, São Paulo, dez 2004, v.7, n.2, pp. 197-202.

DEMARIA, Frederico; SCHNEIDER, François; FILKA, Sekulova e MARTINEZ-ALIER, Joan. What is Degrowth??From an Activist Slogan to a Social Movement. **Environmental Values**, 22, 2013, p. 191–215.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

GEORGESCU-ROEGEN, Nicholas. **O decrescimento. Entropia. Ecologia. Economia**. São Paulo: Senac, 2012.

HARAI, Yuval Noah. **Homo Deus. Uma breve história do amanhã**. São Paulo: Cia das letras, 2016.

- ILLICH, Ivan. **Œuvres Complètes**. V. I. (Une société sans école ; Énergie et Équité, Némésis médicale et La convivialité). Paris : Fayard, 2005.
- INTERNATIONALE CONVIVALISTE. **Second manifeste convivialiste. Pour un monde post-néolibéral**. Arles : Actes du Sud, 2019.
- JACKSON, Tim. **Prosperity Without Growth: Economics for a Finite Planet**. London and New York: Earthscan / Routledge, 2009.
- KALLIS, G; KERSCHNER, Chistian; MARTINEZ-ALIER, joan The economics of degrowth. **Ecological Economics**, 2012, p. 1-9
- LATOUCHE, Serge. **Pequeno tratado do decrescimento sereno**. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 2009.
- LÉNA, Philippe; NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do (Orgs). **Enfrentando os limites do crescimento: sustentabilidade, decrescimento e prosperidade**. Rio de Janeiro, Garamond, 2012.
- MARTINS, Paulo Henrique et all. **Guia de pós-desenvolvimento e novos horizontes utópicos**. Recife: ed da UFPE, 2015.
- MEADOWS, Donella et all. The limits to growth. New York: Universe Books, 1972.
- MORIN, Edgar. Vers l'Abîme. Paris: Ed. de l'Herne, 2007.
- MORIN, Edgar. La voie. Pour l'avenir de l'humanité. Paris: Fayard, 2011.
- NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. **Um mundo de riscos e desafios. Conquistar a sustentabilidade, reinventar a democracia e eliminar a nova exclusão social**. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira, 2020.
- NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do; TASSO, João Paulo F. Notas sobre a trajetória do decrescimento: origens, concepções e proposições. **Papers do NAEA (UFPA)**, c. 28, p, 141-157, 2019.
- RESEARCH & DEGROWTH. Degrowth declaration of the Paris 2008 Conference. **Journal of cleaner production**, vol 18, 2010, pp. 523-524.
- VAN DEN BERGH, Jeroen C.J.M. and KALLIS, Giorgos. Growth, A-Growth or Degrowth to Stay within Planetary Boundaries? **Journal of Economic Issues**, Vol. XLVI, 4, December 2012.

ARTIGO 2.

DECRESCIMENTO? O QUE É ISSO?

Sérgio C. Buarque

9 de outubro de 2020

Durante o *lockdown* da China, no início deste ano, fotografias da NASA mostravam a purificação do ar nas grandes cidades chinesas poupadas da emissão de poluentes, evidenciando a relação direta entre o nível de atividade econômica e a degradação do meio ambiente. Apesar da bela e inspiradora foto, o mundo torcia pela recuperação da economia chinesa, pelos negócios que gera e pelos milhões de empregos que dependem do crescimento econômico da China. Dados os atuais níveis de produção e consumo, a estrutura produtiva e o padrão tecnológico dominante, o aumento do PIB provoca uma elevação proporcional da pressão sobre o meio ambiente. A desejada recuperação da economia chinesa vai continuar degradando a natureza e emitindo gases de efeito estufa, embora o governo chinês esteja fazendo um esforço sério de recuperação e moderação das pressões antrópicas no país.

Os padrões produtivos e tecnológicos não são constantes e estão mesmo atravessando, neste século, mudanças profundas que, no geral, tendem a reduzir o impacto ambiental, ou pelo menos, conter a marcha desesperada para o abismo. Ainda muito insuficiente, é verdade, mas está em curso uma transição energética para novas fontes renováveis, inclusive na China, emergindo novas alternativas de uma economia verde e atividades de baixo carbono, acelerando inovações tecnológicas que amortecem as pressões antrópicas, e aumentando a participação na estrutura produtiva do setor Serviços de baixo impacto ambiental. Tudo isso reflete o aumento da consciência ambiental no mundo e o debate técnico e político alimentado por diferentes proposições e negociações.

Desde a década de 90, quando as Nações Unidas lançaram a proposta de desenvolvimento sustentável e, mais recentemente, com as pesquisas e o debate em torno das mudanças climáticas, vem crescendo a preocupação mundial com a degradação do meio ambiente e, ao mesmo tempo, com a pobreza e a exclusão social no planeta[1]. O conceito de desenvolvimento sustentável parte da compreensão de que o modelo econômico atual está destruindo a natureza e de que são necessárias reorientações profundas na produção, no consumo, na tecnologia. A proposta se sustenta na correlação

e busca do equilíbrio dos pilares *equidade social, conservação ambiental e crescimento econômico*, mesmo sabendo que existem tensões entre eles e que, por último, dependem de escolhas políticas.

Excetuando o troglodita que preside a maior economia do mundo, que tem uma das mais altas emissões de gases de efeito estufa, o mundo está tomando consciência da necessidade de reestruturação da economia e geração de inovações tecnológicas que permitam evitar uma catástrofe. O Acordo de Paris, com compromissos de quase todos os países do mundo com metas de redução das emissões, não é modesto, embora ainda apenas parcialmente efetivado. O cumprimento das metas de redução da emissão dos gases de efeito estufa deve levar mais à redefinição da estrutura produtiva e inovações tecnológicas, na direção de uma economia verde, que, propriamente, à redução do PIB dos países de mais alta renda. Na União Europeia, vanguarda mundial por uma economia limpa, mostra resultados excepcionais: entre 1990 e 2018, o PIB europeu cresceu 61%, enquanto a sua emissão de gases de efeito estufa diminuíram em 23%.

O problema é político porque, em última instância, as boas propostas, inclusive a ideia de desenvolvimento sustentável, dependem da sua cristalização em decisões que se incorporam nas ações de Estado. O mesmo cidadão que defende o meio ambiente não aceita mudar seu estilo de vida, diferentes grupos de interesse não aceitam mudar os padrões de produção e de consumo, impedindo decisões políticas transformadoras.

Recentemente, tem surgido na literatura um outro conceito – decrescimento – pretendendo superar a proposta de desenvolvimento sustentável, que destaca a impossibilidade de crescimento da economia diante dos limites da natureza. De acordo com Elimar Nascimento, decrescimento “consiste em nos libertarmos da ideologia do crescimento contínuo, que funda a irracionalidade da degradação ambiental promovida pelo modelo econômico vigente” [2]. Como está explícito no conceito (ou slogan?), trata-se de promover um decrescimento do PIB-Produto Interno Bruto mundial, já que o “modelo econômico vigente” é irracional e degrada o meio ambiente. A ideia de desenvolvimento sustentável do decrescimento, ao contrário, não rejeita, em princípio, o crescimento econômico, definindo, contudo, que este deve ser condicionado ao propósito maior de equidade social e conservação do meio ambiente. Neste sentido, aponta para uma mudança do “modelo vigente” e não para um decrescimento da economia que caberia no modelo que parece inabalável. O reducionismo do decrescimento parece dizer:

“reduzam o crescimento que o planeta aguenta este modelo predatório”.

Rigorosamente, não existe um determinismo nem uma correlação rígida entre crescimento econômico e degradação ambiental. A segunda lei da termodinâmica que define o processo de entropia (dissipação de energia e desorganização da matéria), citada por Elimar, pode ser compensada em sistemas complexos e não lineares, como o planeta e a biosfera, pelo que Edgard Morin chamou de “tendência para a organização, para a complexidade crescente, isto é, para a neguentropia”[3]. Ou, como diz Capra, “o universo vivo evolui da desordem para a ordem, em direção a estados de complexidade crescentes”[4]. Claro que existem limites, mas nada que se possa considerar como um dado definitivo, atemporal e irredutível, como define a lei da termodinâmica.

Entendendo o planeta como um ser vivo e dinâmico, os “limites físicos” dependem de múltiplos fatores econômicos, sociais, tecnológicos e políticos. Os limites do crescimento analisados pelo Clube de Roma no final dos anos 60 (*The Limits to growth*) eram bem diferentes dos atuais limites físicos da natureza, mais amplos, em alguns aspectos, e até mais estreitos em outros, considerando inclusive o que já foi degradado. Nada disso significa que a natureza aguenta e se recupera de qualquer pressão antrópica. Significa que o planejamento do desenvolvimento sustentável tem que compreender o comportamento dinâmico da natureza e regular a economia, estimular a inovação e organizar a sociedade para a conservação do meio ambiente, sem a qual, a própria capacidade da economia entra em colapso.

A China tirou 800 milhões da pobreza por conta de um acelerado crescimento econômico às custas de forte degradação ambiental. O resultado social foi espetacular, mas o custo excessivamente elevado, comprometendo a qualidade de vida dos chineses e mesmo a capacidade de permanência da dinâmica econômica. A escolha política é questionável, mas não se pode ignorar que o resultado foi possível apenas por conta do crescimento da economia e, portanto, elevação da renda. Claro que nos países de alta renda não existe “necessidade” de crescimento da renda para assegurar qualidade de vida e mesmo equidade social. E, na verdade, a maioria desses países já tem taxas de crescimento muito baixas por razões econômicas e demográficas. Entretanto, para tirar dois bilhões de excluídos da pobreza no mundo com os atuais padrões de produção, matriz energética, tecnologia dominante e nível de consumo será previsível um dramático impacto de degradação da natureza. E como é eticamente inaceitável que o mundo

continue convivendo com tamanha exclusão, é necessário perseguir um novo estilo de desenvolvimento que permita elevar a renda (distribuindo, evidentemente, nos países de baixa renda) sem degradar o meio ambiente e sem manter ou ampliar as desigualdades sociais. Para isso, é necessário um Estado com capacidade de regulação da economia e com volume de recursos suficientes para o provimento de serviços públicos de qualidade para a população. E como a questão é global – tanto o meio ambiente quanto a desigualdade de renda – é necessário intensificar as negociações entre as nações e fortalecer as instituições multilaterais que lidam com a questão do desenvolvimento sustentável.

O slogan de decrescimento (é assim que definem, segundo Elimar) não agrega nada ao conceito de desenvolvimento sustentável e ainda confunde a opinião pública, na medida em que tenta disputar os espaços de debate de ideias com visão sustentada pela redução da economia. Em um modelo de desenvolvimento com o Estado orientando a produção, estimulando a inovação e influenciando nos padrões de consumo é possível haver crescimento do PIB com equilíbrio social e sem degradação do meio ambiente. Vale lembrar, por outro lado, que um Estado com poder regulador e com capacidade de investimento no provimento de serviços públicos depende do desempenho da economia para a elevação da receita pública.

Quando propõe “planejar um decrescimento que nos conduza a outro estilo de vida”, o conceito de decrescimento parte do econômico e assume, de partida, a redução da produção econômica e, claro, da renda, para conduzir a outro estilo de vida. É reducionista e poderia levar ao contrário: já que reduzimos a pressão antrópica pela redução do PIB, é possível conservar o estilo de vida. O inverso é mais abrangente e transformador: definição de uma estratégia de construção de outro modelo de desenvolvimento que seja capaz de harmonizar equidade social (ideia que não aparece no conceito de decrescimento) e crescimento econômico dentro dos limites da conservação ambiental.

Finalmente, de acordo ainda com Elimar, os formuladores da ideia de decrescimento têm a “ousadia (...) de propor superar a economia de mercado e o capitalismo”. Superar a economia de mercado significa, em termos concretos, a estatização dos meios de produção, o planejamento centralizado e o controle do Estado

sobre a rede de comercialização. As experiências “ousadas” de superação do mercado têm sido acompanhadas de dramáticas consequências econômicas, sociais e, particularmente, ambientais, como a degradação de enormes proporções do meio ambiente na União Soviética.

O mundo não precisa de novos conceitos, menos ainda desta ideia reducionista de decrescimento, que confunde o debate e a definição de políticas e acordos globais. O conceito de desenvolvimento ainda é o grande referencial para construção do futuro, e ganha amplitude e convencimento quando incorpora o compromisso com a sustentabilidade e articula os objetivos de equidade social, conservação ambiental e crescimento econômico.

Notas

[1] Mesmo antes, nos anos setenta do século passado, Ignacy Sachs defendia um novo modelo de desenvolvimento que chamou de ecodesenvolvimento, que consistia na mesma busca de uma economia contida pela capacidade de reprodução da natureza.

[2] A análise a seguir está baseada na interpretação do conceito de decrescimento apresentada por Elimar Nascimento no Ensaio “Algumas notas sobre a origem do Decrescimento” publicado na Revista Será? de 2 de outubro de 2020.

[3] Morin, Edgard. *O paradigma perdido: a natureza humana*, 3ª ed., Lisboa, Publicações Europa-América, s. d. (Biblioteca Universitária) – citado em Buarque, Sérgio C. *Construindo o desenvolvimento local sustentável – metodologia de planejamento*. 3ª Edição, Editora Garamond, Rio de Janeiro, 2006.

[4] Capra, F. A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos”, São Paulo: Cultrix/Amana-key, 1996 – citado em Buarque, Sérgio C. *Construindo o desenvolvimento local sustentável – metodologia de planejamento*. 3ª Edição, Editora Garamond, Rio de Janeiro, 2006.

ARTIGO 3

A IDADE DAS PALAVRAS

Cristovam Buarque
16 de outubro de 2020

Tenho acompanhado o debate entre Sérgio e Elimar sobre o conceito de Decrescimento. Simpatizo com este conceito. Alguns chamam de “prosperidade sem crescimento” ou “ecodesenvolvimento” ou “desenvolvimento sustentável”. Mas o termo “decrecimento” tem o papel de instigar e incomodar, na direção de romper o paradigma do PIB como indicador do progresso, os outros termos não ousam esta ruptura, mantêm a ideia de que progresso é aumentar a produção e o consumo, desde que sem depredação ecológica irreversível.

Decrecimento contesta isto, mas ainda usa um termo derivado da lógica da física, que passou a dominar o pensamento das ciências humanas a partir do século XIX: “crescimento”, “equilíbrio”, “produto”. No lugar de “evolução”, “harmonia”, “elementos”. Avança com a crítica pelo lado negativo: “decrecer”, no lugar de se apresentar pelo lado positivo da melhoria no “bem estar” e da “felicidade”, “conforto”, “alegria”, “esperança”. Prefere enfrentar pela “positiva negatividade”, porque não ousa se livrar do compromisso científico de medir, comparar, matematizar, importado das ciências físicas. Em vez de decrecimento precisamos de “deseconomizar” o pensamento

A origem das discordâncias entre Sérgio e Elimar está em que tanto um quanto o outro não se livram do economicismo, não saltam para o mundo da filosofia e da ética. Precisamos usar a economia para indicar apenas a parte da racionalidade física de um processo que é muito mais amplo, social e natural, com propósitos morais. No livro “A desordem do progresso”, que em inglês recebeu o título de “The end of economics?”, de 1991, cheguei a propor o termo *econologia* para definir um campo de estudo que combina **ética**, para definir o propósito civilizatório ou nacional, não apenas da produção e do consumo; **ecologia**, para definir o espaço, não apenas dos recursos econômicos da natureza, mas a totalidade da ecologia; e **economia** para a lógica de como os bens naturais se transformam nos produtos dos seres humanos, fazendo a humanidade evoluir para um mundo melhor.

A proposta da palavra *econologia* era romper com a ideia, que não tem ainda 200 anos, do propósito produtivista para um conceito humanista na relação entre os seres humanos e deles com a natureza, na busca de evoluir, levando em conta o aumento na disponibilidade de tempo livre, manutenção do equilíbrio ecológico e da natureza

inclusive sua diversidade, não contabilização de bens negativos como armas e contabilização de forma negativa das destruições naturais e culturais; consideração dos impactos distributivos positivamente e os concentradores negativamente, capacidade de garantir sustentabilidade e aumentar a harmonia social.

Nesta concepção, o termo “crescimento” já demonstrou seu fracasso como estratégia de progresso ou evolução, representa hoje um “desprogresso”, e “decrecimento” serve como provocação e tática, mas não como propósito para definir a evolução das civilizações. A palavra *econologia* tem 30 anos, mas não pegou, nem sua transliteração, *econology*. Este fracasso linguístico leva à tentação de sugerir o termo “reeconomia”, mas o conceito continuaria aprisionando a mente em um padrão superado de modelo civilizatório, tanto por seu propósito, quanto por sua lógica.

Aparentemente, estamos no tempo de rasgar os dicionários, nem “crescimento”, nem “decrecimento”, ainda não chegou o tempo de novas palavras aceitas para definirem novos tempos. Por isto as discordâncias na revista *Será?* entre Sergio e Elimar, por palavras velhas, ainda não por palavras novas.

ARTIGO 4

QUEM É ECONOMICISTA?

Sérgio C. Buarque
23 de outubro de 2020

Em artigo publicado nesta Revista *Será?* Intitulado: “*A idade das palavras*” (16 de outubro), Cristovam Buarque se inscreve no debate iniciado na revista pelo ensaio de Elimar Nascimento, “*Algumas notas sobre a origem do Decrescimento*” em 2 de outubro, criticado no meu artigo intitulado “*Decrescimento? O que é isso?*” (9 de outubro). No seu artigo, Cristovam procura se diferenciar de nós dois, embora mostrando simpatia pelo conceito de decrecimento, afirmando que ambos, Elimar e eu, não conseguimos nos livrar do economicismo.

Ele comete um grave equívoco e uma grande injustiça quando reduz a minha defesa do conceito de desenvolvimento sustentável ao terreno restrito da economia. Frente ao conceito de decrecimento, este sim enviesado pela economia, não defendo o crescimento da economia, mas entendo que é possível (e até desejável em grande parte

do planeta) uma elevação da renda (vale dizer do PIB) sem, necessariamente, destruir o meio ambiente e facilitando os resultados sociais, além de tornar possível a ampliação da receita pública necessária para o aumento dos investimentos públicos que melhoram a qualidade de vida. Para isso, da perspectiva do desenvolvimento sustentável, é necessário adequar a economia às condições de conservação e reprodução do meio ambiente o que remete, em última instância, a mudanças na estrutura e no modelo produtivo, incluindo a reorientação da matriz energética.

O Acordo do Clima define metas de redução de emissão de gases efeito estufa, para os signatários, proporcionais ao volume emitido por cada um dos países. Aqueles países que não conseguirem reestruturar a sua economia ou incorporar inovações que reduzam as emissões terão que dar um freio na economia, se estiverem dispostos a cumprir a meta. Ao contrário, as nações que realizarem uma mudança no modelo econômico e produtivo e no padrão tecnológico poderão cumprir as metas, mesmo continuando com o crescimento da economia. Vale repetir que, de 1990 a 2018, a União Europeia reduziu em 23% as emissões de gases de efeito estufa ao mesmo tempo que teve um crescimento de 61% do PIB. Este resultado foi possível, principalmente, pela ampliação das fontes renováveis na matriz energética da Europa; em 2017, a geração limpa de eletricidade (eólica, solar e da biomassa) superou a termoelétrica de carvão (The European Power Sector in 2017 – The Tipping Point). Por isso, Hans Bruyninckx, diretor da Agência Europeia do Meio Ambiente afirma, com razão, que a “UE demonstrou que não há nenhum conflito entre uma economia que cresce e a redução de emissões de gases de efeito estufa”.

A polêmica com Elimar não pode ser jogada na vala comum do economicismo porque a variável econômica entra de forma muito diferente nos conceitos concorrentes, decrescimento e desenvolvimento sustentável. Para distinguir as visões, a controvérsia seria mais bem formulada da seguinte maneira: se for alcançado um decrescimento do PIB, não será necessário mudar o padrão de produção para caber nos limites da natureza, uma vez que a redução do produto diminui a pressão antrópica. Ao contrário, a mudança do padrão de organização da produção e das fontes energéticas pode até permitir um crescimento do PIB sem destruir o meio ambiente. Para não falar do lado positivo deste crescimento na elevação da renda da população, com efeito potencial direto na melhoria da qualidade de vida e no aumento da receita pública.

Quando Cristovam diz que “precisamos usar a economia para indicar apenas a

parte da racionalidade física de um processo que é muito mais amplo, social e natural, com propósitos morais” ele está falando em desenvolvimento sustentável, por mais que não goste do nome. Ninguém pode discordar que o objetivo último de qualquer sociedade é, como ele defende, buscar a “melhoria no ‘bem-estar’ e na ‘felicidade’, ‘conforto’, ‘alegria’, ‘esperança’”, objetivos desejados por todos. O problema é como podem ser alcançados esses objetivos. As pessoas precisam ter a satisfação das necessidades básicas, que dependem de renda, acesso a bens e serviços que exigem investimentos públicos.

Não dá para imaginar alguém entrando nas favelas e visitando as palafitas do Recife com mensagens animadoras: “Alegria pessoal! Por que essa desesperança? A vida é bela e temos que ser felizes”? Ironia à parte, na maioria dos países, a “melhoria do bem-estar” (condição necessária, mas não suficiente para a felicidade e a esperança) depende de volumes significativos de investimentos públicos na educação e no saneamento, para fazer a “revolução na educação” proposta por Cristovam. E onde o Estado vai buscar estes recursos sem uma elevação da renda geral que amplie a arrecadação? Em países como o Brasil, com uma elevada carga tributária, nem dá para se dizer que vai tirar dos ricos e reduzir os privilégios da minoria de alta renda (o seria justo, mas deveria ser acompanhado da redução dos impostos de outros segmentos da sociedade, para não aumentar a já pesada carga tributária).

No final das contas, as teses de Cristovam convergem totalmente com o conceito de desenvolvimento sustentável, por mais que ele insista na criação de novos conceitos para dizer a mesma coisa. Desenvolvimento sustentável não é um conceito velho, tem os mesmos 30 anos da proposta de “econologia” feita por Cristovam, e um pouco menos que o conceito de “ecodesenvolvimento” de Ignacy Sachs. Com uma diferença enorme: já está amplamente consolidado e sacramentado no mundo, e internalizado nos debates públicos sobre o futuro. Além disso, transmite a mensagem clara da necessidade de articulação e equilíbrio das dimensões (e objetivos) sociais, ambientais e econômicas.

ARTIGO 5

ADEUS AO DESENVOLVIMENTO! EM DUAS PARTES.

Elimar Pinheiro do Nascimento

Parte 1.

O título é uma homenagem a André Gorz que escreveu um livro famoso denominado *Adeus ao Proletariado*. E, também, uma provocação ao meu amigo Sérgio Buarque, uma das boas inteligências desse País.

Não quero dizer que a noção de desenvolvimento, conforme nasceu ao final da Grande Guerra com o discurso do 33o presidente dos Estados Unidos, Harry Truman, e a cartilha de seu ideólogo, W.W. Rostow (*As etapas do crescimento econômico*), já tenha se extinguido. Contudo, está neste caminho, e aparentemente, de forma acelerada. Sobreviverá por mais três décadas? Nem sua variação mais charmosa e moderna, o desenvolvimento sustentável, poderá salvá-la de sua imersão. Simplesmente porque esta noção contém, necessariamente, a ideia de crescimento econômico, do ponto de vista material e, portanto, a ideia de uso de mais energia fóssil (o mundo não irá dispensá-la, a continuar o domínio das forças atualmente hegemônicas, em menos de 30 anos) e de mais recursos naturais, destruindo os ecossistemas existentes. Embora de forma desigual, uns mais cedo e outros mais tarde. O planeta, finito, não tem condições de suportar este crescimento contínuo indefinidamente, por mais que modifiquemos as tecnologias hoje existentes. No qual, aparentemente, o ciclo inventivo se encerrou, conforme Robert Gordon, embora Joel Mokyr, ambos da University Northwestern (Illinois), dele discorde.

Não estamos aguardando as consequências desse uso irracional da natureza, estamos vivendo-as. A partir de 2011 cerca de um milhão de refugiados sírios foram despejados na Europa por uma guerra civil inflamada pela seca. As migrações ecológicas serão uma constante, provavelmente crescentes, neste século.

Assistimos, hoje, ao colapso das calotas polares, com três consequências graves, para simplificar: a) redução dos gelos que refletem o calor, e amenizam a temperatura na terra; b) elevação do nível do mar, que irá naufragar diversas cidades costeiras, Recife inclusive e, c) liberação de metano proveniente do *permafost*. Eventos que deverão se retroalimentar e ampliar o aquecimento global. É o que Timothy Morton chama de *hiperobjeto*, algo tão complexo que mal conseguimos entender. Como a internet. Pesquisadores de 26 laboratórios internacionais, concluíram que entre 1992 e 2011 as

calotas polares da Antártida e da Groenlândia perderam 1.320 e 2.940 bilhões de toneladas de massa de gelo, respectivamente.

Eventos climáticos críticos aumentam a cada ano: três grandes furacões se formaram ao mesmo tempo sobre o Atlântico em 2017, fenômeno nunca visto; neste mesmo verão 45 milhões de pessoas no sul da Ásia tiveram que deixar suas casas inundadas. Chuvas bíblicas no Japão, em 2018, obrigaram a 1,2 milhão de pessoas deixarem suas casas; o tufão Mangkhut forçou a evacuação de 2,4 milhões de pessoas na China; o estado de Kerala na Índia foi atingido pelas piores inundações em 100 anos; incêndios se sucedem em várias partes do mundo, no sul dos EEUU, da Europa e na Amazônia. Pequenos exemplos.

Desde 1980, o planeta assistiu a um crescimento de cinquenta vezes na quantidade de ondas de calor. Neste século, sucessivas ondas de calor mataram milhares de pessoas, sobretudo idosos, e sucessivos recordes de temperatura foram alcançados. Atualmente, 2020, há 1 bilhão de pessoas sob risco de stress por causa do calor; cerca de 354 grandes cidades têm temperaturas superior a 35 graus.

Cresce também o acúmulo de gases de efeito estufa. Em 2017 as emissões de carbono cresceram 1,4%, depois de uma estagnação de um par de anos. A energia a carvão quase dobrou desde 2000.

A perda de cobertura vegetal, de terras agriculturáveis e da biodiversidade somam-se ao aumento da deflorestação e das zonas mortas do oceano. Nos últimos cinquenta anos, a quantidade de água marinha sem oxigênio algum quadruplicou em todo o globo, com perda de vida nos oceanos. Por esta razão, somado a sobrepesca, o estoque de pescados já diminuiu nos últimos anos em cerca de 20%.

Para não bastar, estamos destruindo as poucas quantidades de água doce existentes na superfície terrestre. Mais de 2 bilhões de pessoas não têm acesso a água potável. Nos últimos anos, muitos dos maiores lagos do mundo começaram a secar: o mar de Aral (Ásia Central) perdeu perto de 90% de seu volume de água; o lago Popoó, o segundo da Bolívia, desapareceu por completo; algo próximo ocorreu com o lago Chad (África), pois em 1963 sua extensão era de 25 000 km² e em 2008, 2.500; o lago Urmia, no Irã, perdeu cerca de 80% de seu volume de água nos últimos trinta anos. Mas, os humanos são insaciáveis na sua façanha destruidora. Segundo Brian Clark Howard, um quinto da água potável dos americanos provém de aquíferos. Rios subterrâneos que

levaram milhares de anos para se formar e que arriscam acabar em algumas décadas.

Ripplle et all (2018)[1] selecionaram e examinaram nove indicadores ambientais entre 1960 e 2016, com ênfase entre 1992 e 2016: a) emissão de gases destruidores da camada de ozônio; b) volume de água potável *per capita*; c) captura de pescado marinho; d) zonas mortas no oceano; e) cobertura florestal; f) abundância de espécies de vertebrados; g) emissão de CO₂; h) mudança climática e i) população de humanos e bovinos. Apenas no primeiro caso fomos vencedores, os outros apenas pioraram. Em resumo, desde que surgiu a ideia de desenvolvimento sustentável nos anos 1970, os indicadores ambientais apenas pioraram, apesar dos avanços técnicos. Nada garante que novos avanços técnicos produzam mudanças substantivas, afinal, cerca de 120 milhões de pessoas por ano deixam o mundo da pobreza demandando mais bens e serviços modernos, aumentando o uso de recursos naturais, energia e consumo. Bens e serviços a que estas pessoas têm direito como qualquer outro ser humano.

Estamos produzindo uma herança perversa para nossos filhos e netos, sobretudo aqueles que nascidos em 2000, no século XX, irão viver até o século XXII. A geração centenária. Por isso, a dinâmica do crescimento econômico contínuo não pode continuar. Os tecnicistas acreditam que as novas tecnologias mudarão este quadro substancialmente. Não o fizeram até agora, nem parece que o farão nas próximas décadas. Sucessivas batalhas estão sendo perdidas. Em que podemos sustentar uma crença de mudança?

Parte 2.

Ao chegar em Barcelona para o segundo congresso internacional do Decrescimento, 2010, uma das primeiras coisas que fiz, no segundo dia, foi me aproximar dos dirigentes conhecidos e perguntar-lhes porque haviam escolhido um nome tão antipático para batizar um movimento tão simpático (no congresso as pessoas eram limpas, saudáveis, simples, cooperativas e gentis). Para que o *establishment* não se apropriasse do nome como fez com o desenvolvimento sustentável, responderam-me quase unanimemente. Latouche acrescentou que o nome havia sido escolhido também para destacar a denúncia que eles faziam da ideologia do crescimento, a única verdadeira ideologia do século XX, nascida no XIX e adentrando o XXI.

Acho que eles nunca escutaram Buckminster Fuller que dizia, frequentemente, que não se mudam as coisas combatendo a realidade existente, é preferível construir um modelo novo, que torne o existente obsoleto. Não sei como pode ser feito em termos de mudança de padrão de produção e consumo, ponto comum da crítica que Sérgio Buarque fez ao meu texto despretenso sobre algumas ideias a respeito da origem do Decrescimento, publicado aqui no Será? - 2/10/2020. E que teve sequência nos textos de nossos mestres Cristovam Buarque e Clóvis Cavalcanti, o primeiro solicitando que nos desprendamos da prisão da economia e dos velhos conceitos, e o segundo, chamando atenção para outras formas de mensurar o desenvolvimento, afirmando, com Herman Daly, que o crescimento econômico não pode ser sustentável, e que o desenvolvimento sustentável deve focar na melhoria da qualidade de vida das pessoas, respeitando a capacidade de resiliência dos ecossistemas. Um baita problema.

Abrindo um parêntese, a trilogia do Desenvolvimento Sustentável do Sérgio foi cunhada distintamente da do Clóvis, que também defende esta concepção que surge, não nos anos 1990, mas ainda nos anos 1970, sob a cunha de ecodesenvolvimento, conforme Ignacy Sachs, pois ao lado da equidade social e conservação ambiental é preferível escrever ecoeficiência econômica, e não crescimento econômico como fez Sérgio. Talvez, resultado de um descuido.

Mas, em várias partes do mundo, sobretudo nos países desenvolvidos, homens e mulheres se organizam para viver diferente, produzir comida sem agrotóxicos e reduzir o consumo cotidiano.[2] Querem mudar o mundo, sem estatização. O modelo chinês não os atrai, menos ainda o antigo e fracassado soviético. Tendendo mais para o anarquismo, preferem a autogestão. Esses tipos de movimentos não são de hoje, mas não sabemos se terão os mesmos destinos de seus anteriores, dos anos 1960, que se desfizeram pouco a pouco.

O decrescimento nasce no contexto do pós-desenvolvimentismo, que reúne movimentos de origens e características diversas que têm em comum a recusa do modelo vigente – um ponto comum dos artigos em debate – e a busca por um modelo distinto. Todos conscientes de que o crescimento econômico contínuo, em um espaço finito, é insustentável a longo prazo. Quão longo? Um século? Meio?

Kate Raworth, uma das economistas mais escutadas hoje em dia, tentou desenhar

uma proposta ao modelo socioeconômico vigente, entre outros, em seu livro: *Economia Donut. Uma alternativa ao crescimento a qualquer custo*. Ela sugere algo parecido com o que Cristovam Buarque já sugeriu há algum tempo: definir, simultaneamente, uma linha de vida digna e uma linha ecológica de consumo. E por mim citadas no artigo anterior. Com isso, nos liberta da prisão da renda, que o Sérgio aparentemente não conseguiu fugir completamente. A melhoria da qualidade de vida não passa necessariamente pelo aumento da renda pessoal, basta ampliar o acesso a serviços de qualidade que são indispensáveis a uma vida digna, como saúde, educação, transporte, habitação etc. Bens públicos, não confundir com estatal, que podem mudar radicalmente a qualidade de vida das pessoas.[3]

Alberto Acosta retoma a expressão dos povos das cordilheiras dos Andes, pré-incas, para atualizar o Sumak Kawsay, dos povos quíchua, sob a forma de Buen Vivir ou Bem Viver, uma forma de vida em comunidade e em harmonia com a natureza. Uma proposta de construir uma alternativa ao modelo vigente enfatizando o valor da autoprodução e das trocas locais, da valorização das relações afetivas, e que levou o Equador e a Bolívia a reconhecerem a natureza como sujeito de direito. Inspirados nesses princípios dissemina-se no mundo a ideia de economia circular, prolongando o ciclo de vida das mercadorias ao invés de jogar no lixo.

Nasce e cresce nesse mesmo contexto pós-desenvolvimentista o convivialismo de Alain Caillé e parceiros que recentemente lançaram seu segundo manifesto[4]. Trata-se de uma filosofia política centrada nos princípios da dependência do humano da natureza e de sua interdependência mútua, reconhecendo suas diferenças e divergências que devem se manifestar em uma vida democrática, que alimenta o bem comum, sob o imperativo do controle do *hubris* (arrogância).

É no contexto dessas, e muitas outras alternativas, que nasce a ideia do decrescimento, de forma menos idealista e filosófica, inicialmente sob forma da revolução dos sete Rs.

- Reduzir o consumo, ao que é efetivamente essencial para uma vida digna, extinguindo todo consumo ostentatório, sobretudo nas camadas mais ricas.
- Reutilizar os produtos e bens, prolongando seus ciclos de vida, inspirada

nos princípios da economia circular.

- Reciclar todo o material possível para economizar recursos naturais, e produzir tendo presente tanto a reutilização quanto a reciclagem.
- Relocalizar, valorizando os produtos locais, para reduzir seu transporte, a emissão de gases de efeito estufa e fortalecer as economias locais.
- Reconceitualizar as formas de produção e de consumo, e o estilo de vida, sob novos valores (a economia nada mais é do que uma atividade para criar as condições em que os humanos podem ser mais felizes).
- Redistribuir as riquezas produzidas para se ter uma maior equidade social, assegurando assim uma vida digna para todos os seres humanos.
- Reestruturar os padrões de produção, para se obter os bens minimamente necessários a uma vida digna, sem extinguir o poder de reprodução dos ecossistemas.

Todas essas ideias, mesmo a do decrescimento, que nascem no contexto do pós-desenvolvimentismo, são eivadas de pouca praticidade, com estratégias muito locais, ao que se opõem alguns “pensadores decrescentistas”. E não é tolo se perguntar se têm chance de vingar, sobretudo se ficarem restritas a pequenas iniciativas e ao quadro nacional. Giorgos Kallis em entrevista a Marcio Lino de Almeida a ser publicada na revista REALIS de 2021 declara que “Fazer isso implicaria em penalidades substanciais por fuga de capitais, colapso de bancos e moedas, desvalorizações de ativos, colapso de instituições públicas e de segurança e isolamento político”. Em um mundo globalizado é impossível um país caminhar para o decrescimento sozinho, esta é uma tarefa global e longa. Uma transição de muitas décadas. A mudança climática, por exemplo, não pode ser enfrentada apenas pela soma de várias iniciativas locais de baixo carbono na ausência de acordos internacionais que limitem as emissões de gases de efeito estufa pelos grandes empreendimentos. Isso significa que as iniciativas locais, importantes como estímulo a mudanças de valores, tem que se somar a iniciativas *top down* de estímulo a novas formas de produção, a inovações tecnológicas voltadas à sustentabilidade, a taxação sobre produções nocivas ao meio ambiente ou ao consumo ostentatório.

De toda forma, as resistências ao direcionamento novo como aponta o decrescimento são muitas, ancoradas na ideologia do crescimento, em valores nocivos a

uma vida saudável e aos mecanismos, procedimentos e instituições voltadas ao crescimento econômico a qualquer custo. Aos poucos, porém, os humanos vão se conscientizar de que uma sociedade do crescimento não é sustentável, não é saudável, nem propicia uma qualidade de vida para a maioria dos humanos. Porém, essa é uma aposta. Morin prefere apostar, acreditando que as novas realidades nascem de ideias inicialmente irrealistas (Terra Pátria).

Paul Gilding (*A Grande Ruptura*) acredita que as medidas necessárias ao bem-estar humano, conservando a natureza, só virá depois do grande desastre ecológico. Utilizando o exemplo da segunda guerra mundial nos EEUU, em que em poucos dias foram tomadas medidas que antes se imaginavam inviáveis, como o racionamento alimentar e a conversão das fabricas de automóveis, entre outras, em fábricas de materiais de guerra, afirma que quando o desastre ocorrer os humanos serão capazes de tomar as medidas de mudança que permitirá a todos viverem de forma mais modesta, porém sustentável. Claro que após a perda de milhões de vidas humanas. É essa perda que o Decrescimento quer evitar.

Notas

[1] RIPPLE, W. J.; WOLF, C.; NEWSOME, T. M.; GALETTI, M.; ALAMGIR, M.; CRIST, E.; MAHMOUD, M. I.; LAURANCE, W. F. World Scientists' Warning to Humanity: A Second Notice. *BioScience*, v. 67, n. 12, p. 1026–1028, 2017.

[2] O minimalismo americano ganhou filme no Netflix (minimalism)

[3] Lembro-me de uma conversa entre dois professores universitários em 1995, época do “real”, em que descobriram que tinham o mesmo salário. Mas, o francês vivia muito melhor porque tinha escola de graça, saúde de graça, transporte coletivo barato. Todos de qualidade. E o brasileiro não tinha nada disso, e tinha que pagar escola para os filhos, plano de saúde e ter um automóvel para poder se locomover.

[4] The second convivialist Manifesto in <https://civicsociology.org/the-second-convivialist-manifesto>

ARTIGO 6

DESENVOLVIMENTO POSSÍVEL. E NECESSÁRIO.

Sérgio Buarque

13 de novembro de 2020

O diagnóstico de Elimar Nascimento sobre a intensidade, a extensão e as causas da degradação ambiental (artigo intitulado “Adeus ao desenvolvimento” publicado na Revista Será?) é incontestável. No fundamental, concordo com as propostas apresentadas por ele para evitar um grande desastre ambiental ou, na melhor das hipóteses, deter a marcha da insensatez. No entanto, na sua tentativa de defesa da ideia de “decrescimento”, Elimar recorre a uma interpretação equivocada e injusta da proposta de desenvolvimento sustentável. Logo no início do seu artigo, afirma que o desenvolvimento sustentável “contém, necessariamente, a ideia de crescimento econômico, do ponto de vista material e, portanto, de uso de mais energia fóssil”.

O desenvolvimento sustentável não propõe o crescimento da economia e rejeita totalmente o uso de mais energia fóssil, embora não exclua a possibilidade de aumento do produto, desde que limitado pelas condições ambientais. O desenvolvimento sustentável, não custa repetir, propõe a mudança que leve a um equilíbrio crescente das dimensões econômica, social e ambiental. Cada uma dessas dimensões define os limites da outra, de modo que o crescimento da economia só é aceitável se não provocar degradação ambiental, o que é possível em determinadas condições estruturais e tecnológicas.

O que parece evidente nesta controvérsia alimentada em vários artigos da Revista Será? é uma confusão dos críticos do economicismo que, no limite, terminam ignorando e desconsiderando os condicionantes econômicos da vida em sociedade. Reducionismo ambientalista, forma oposta do reducionismo economicista. Algumas vezes, parece que consideram que a economia é um atrapalho, um inimigo da qualidade de vida e do bem-estar social, que o Estado é uma entidade descolada da realidade, que realizaria os investimentos públicos independentemente da dinâmica da economia. A economia é apenas um meio, ao lado das outras dimensões, mas é um meio fundamental para elevação da renda e da capacidade de investimento dos governos na ampliação da oferta de serviços públicos.

Ao afirmar que “os indicadores ambientais apenas pioraram” desde que surgiu o

conceito, Elimar defende uma nova formulação para substituir o desenvolvimento sustentável. O conceito ganhou forma, mesmo, em 1992 (e não, nos anos 1970, como diz ele) e o que importa considerar não é exatamente a mudança provocada no modelo de desenvolvimento, mas a sua eficácia ao dominar o debate mundial sobre a crise ambiental e social no planeta. Se é verdade que a crise ambiental está longe de ser equacionada, não se pode negar avanços importantes na organização da produção, na reciclagem de produtos e insumos, no tratamento de efluentes, na substituição de energia fóssil, na recuperação de recursos hídricos e florestais, em diferentes partes do planeta. E, mais ainda, em algumas decisões políticas que podem ajudar na contenção do desastre ambiental global, especialmente o Acordo de Paris. Não custa lembrar, por outro lado, que a adoção da ideia de desenvolvimento sustentável em cada país e nos acordos internacionais depende de decisões políticas e não da pertinência e qualidade das propostas. Ou devemos entender que a proposta de “decrecimento” é tão melhor e convincente que será adotada pelos governos e assumida pelas instituições globais?

Segundo Elimar, os autores da ideia de decrecimento teriam inventado este nome antipático “para que o establishment não se apropriasse do nome como fez com o desenvolvimento sustentável”. O que chamam de apropriação do conceito de desenvolvimento sustentável consiste, a meu ver, precisamente na sua adoção como uma referência para discussão e definição de políticas e acordos. Tudo indica que, para se proteger deste establishment, os defensores do decrecimento esperam que a ideia não saia da academia, do terreno filosófico e dos círculos fechados da contracultura. Não serão contaminados pelo poder e, desta forma, nunca irão influenciar de maneira decisiva na formulação de políticas efetivas de transformação do modelo social e econômico. Para serem capazes de produzir as mudanças, os conceitos e as ideias têm que ser hegemônicos na sociedade, ou seja, têm que ganhar espaços na estrutura de poder.

Com a intenção, generosa, de me poupar de um eventual escorregão, Elimar considera que eu falei de crescimento econômico em artigo anterior por um descuido. Não, não foi um descuido. Quando falo em equilíbrio das três dimensões (resultados combinados nas três) – econômica, social e ambiental – estou entendendo que se trata de buscar uma síntese na qual é indispensável uma mudança estrutural na economia, para que garanta a conservação ambiental e uma redefinição da sociedade para avançar na equidade social.

Prefiro manter o crescimento econômico (e não a competitividade e a eficiência econômica) como uma das dimensões do desenvolvimento sustentável porque entendo que, nos países de baixa e média renda (maioria dos países e parcela significativa da população mundial), ainda será necessário um crescimento da economia para que se alcance qualidade de vida e equidade social. Elimar aproveita o meu “descuido” para falar de uma “prisão da renda” da qual, aparentemente, eu não teria conseguido fugir, e completa: a “melhoria da qualidade de vida não passa necessariamente pelo aumento da renda pessoal, basta ampliar o acesso a serviços de qualidade que são indispensáveis a uma vida digna, como saúde, educação, transporte, habitação etc.”. É certo que a qualidade de vida depende muito mais do acesso aos serviços que da própria renda pessoal. Mas é certo também que, para esta ampliação da oferta desses serviços, é necessário um grande volume de investimento (público ou privado) que não será possível sem uma elevação da renda geral da sociedade que alimenta as finanças públicas.

Posso concordar que nos países de alta renda, como a Alemanha e a Noruega, para citar apenas dois, não é necessário crescimento da renda, embora esta esteja ocorrendo sem aumento do consumo de energia fóssil. Mas, para melhorar a qualidade de vida de dois a três bilhões de habitantes do planeta nas próximas décadas será indispensável a elevação da renda da população e dos governos nacionais. A vantagem é que houve, nas últimas décadas, um acúmulo de conhecimento, uma preocupação com o equilíbrio ambiental e o domínio de tecnologias que permitem orientar este crescimento moderando os impactos ambientais.

Característica importante da evolução econômica nas últimas décadas e que deve se acelerar no futuro é a ampliação dos Serviços na estrutura produtiva, principalmente dos serviços baseados em conhecimento, que não demandam muito insumo e energia e não geram tantos efluentes como a velha indústria. Entretanto, o que vem ocorrendo, mais recentemente, é a inserção no consumo de massa de bilhões de pessoas que saíram da pobreza, principalmente na Ásia (China, em primeiro lugar) dentro dos velhos padrões produtivos. Causa de uma crescente degradação ambiental. Como não é absolutamente tolerável a persistência da pobreza e da marginalização de bilhões de pessoas em todo mundo, é indispensável a elevação da renda dos países pobres. Entretanto, para evitar que a inclusão desta população seja acompanhada de uma crescente degradação ambiental, é indispensável orientar a sustentabilidade do desenvolvimento, submetendo a economia a

padrões compatíveis com o meio ambiente. Este é o grande desafio da humanidade no futuro: a sustentabilidade do desenvolvimento que, nestes países pobres, não pode prescindir da elevação da renda, vale dizer, de crescimento da economia.

ARTIGO 7

O VERDADEIRO DESAFIO: PROSPERIDADE SEM CRESCIMENTO

Elimar Pinheiro do Nascimento

13 de novembro de 2020

Tenho o maior respeito e admiração pelo meu amigo Sérgio Buarque, uma inteligência e um caráter privilegiados, mas acho que o bom combate não é a defesa do desenvolvimento sustentável (fracassado), mas a sua superação.

Ignacy Sachs é uma quase unanimidade entre os ambientalistas, particularmente entre os defensores do desenvolvimento sustentável, pelo papel que desempenhou na reformulação do relacionamento entre a economia e a natureza. Em seu livro autobiográfico[1], ele conta como chegou à questão ambiental a partir do convite de um amigo da Unesco para participar de um congresso no Japão sobre as relações entre economia e meio ambiente. De maneira simples, ele diz que quando convidado conhecia o termo *milieu* (meio), mas não o *environnement* (meio ambiente). Com o Congresso Sachs foi introduzido à problemática ambiental por eminentes cientistas como William Kapp, em suas palavras, “o pensador mais rigoroso sobre as relações entre ecologia, economia e sociedade” (ecossocioeconomia). Na ocasião conheceu também o prêmio Nobel de Economia, Wassili Leontief, que, segundo ele, “não entendeu muito bem os problemas ambientais”. Este Congresso levou Sachs ao comitê de preparação da Conferência de Estocolmo em 1972, no qual se defrontavam os adeptos do “crescimento selvagem” (“Primeiro o crescimento, depois veremos”, entre os quais estavam economistas brasileiros ligados ao governo militar) e os adeptos do crescimento demográfico e material zero. Estes, influenciados pelo trabalho do Clube de Roma (*Limits to growth*[2]).

No meio deste embate pontuou-se, aos poucos, como vencedora, a corrente que defendia a associação do crescimento econômico com a preservação ambiental, que veio a ganhar o nome de “ecodesenvolvimento”. Assim, a Conferência, que havia sido convocada em função da poluição ambiental (chuvas ácidas), teve que ceder à pressão dos países em desenvolvimento que proclamaram em alto e bom som: “primeiro extinguiremos a pobreza e depois cuidaremos do meio ambiente”. Pois, segundo Indira Ghandi, primeira ministra da Índia, “a pobreza era a pior das poluições”. Assim, desde o início o problema era mal posto. Como hoje quando se opõem crise sanitária e crise econômica.

A terceira via de Sachs aos poucos se impôs no debate internacional na convivência entre o desenvolvimento e o meio ambiente, tema da Conferência de Estocolmo. Maurice Strong, o grande animador da Conferência, cunhou o termo ecodesenvolvimento para batizar a vertente hegemônica, que Sachs posteriormente veio a desenvolver. Compreendia a necessidade de manter o crescimento econômico (demanda dos países pobres) e, ao mesmo tempo, chamava a atenção para a necessidade de preservar a natureza (demanda dos países ricos). Um problema real, e uma solução falsa.

A ideia de manter a noção de desenvolvimento, apesar de suas reticências, encontra-se na maioria dos pensadores da época, como Celso Furtado, que escreveu um livro referência em 1974 (*O Mito do Desenvolvimento*, Zahar). Celso Furtado reconhecia a impossibilidade de disseminação do padrão de vida dos países desenvolvidos[3]. No entanto, reconhecia que a ideia de desenvolvimento era uma força mobilizadora que não se podia abandonar. A contradição estava no meio do campo, mas não se tinha meios de enfrentá-la. O desenvolvimento era impossível, mas não podia ser abandonado.

Vitorioso e respaldado, o ecodesenvolvimento, porém, não teve um futuro largo. Os americanos, Kissinger à frente, bloquearam o conceito, pressionando a ONU a criar uma Comissão, dirigida pela ex-ministra do meio ambiente da Noruega, Gro Brundtland, que adotou a expressão desenvolvimento sustentável no relatório *Our common future*. [4] [5] Expressão consagrada na Conferência Rio-92. Naquela ocasião, o namoro entre crescimento econômico e preservação da natureza teve seu casamento referendado pelos países do mundo inteiro.

O mundo proclamava a caminhada, já iniciada, de resolver o oximoro entre estas duas expressões que, José Eli da Veiga chama atenção, nasceram em disciplinas diferentes: economia e biologia. Crescimento contínuo em um mundo finito é um *non sense*. Era

preciso deixar o mundo, simultaneamente, claro e escuro. Um desafio quântico.

Na verdade, o desafio reuniu três grandes atores no campo da sustentabilidade. E que fizeram suas apostas, pois é disso que se trata em última instância, na medida em que sobre o futuro pouco sabemos.

Do lado dos que acreditam ser possível conciliar o irreconciliável (crescimento contínuo e preservação ambiental) duas vertentes se posicionaram: os tecnicistas, que acreditam ser possível desenvolver tecnologias para resolver os problemas produzidos pela crise ecológica, também denominados de aceleracionistas (*The singularity is near*, de Ray Kurzweil) e os defensores do desenvolvimento sustentável, que acreditam nos acordos políticos (nunca cumpridos, pois não obrigatórios como o de Paris e, segundo os especialistas, sem chance de ter sucesso, como ocorreu com o Tratado de Kioto) e na intervenção estatal (adoção de políticas de inibição da produção mais poluente, e estímulo a práticas mais harmônicas com a natureza, como as energias renováveis). E, alguns, na boa vontade dos empresários, com crescente consciência dos limites da natureza.

A trajetória histórica do desenvolvimento sustentável, contudo, não é das mais gloriosas. É uma história de pequenos avanços e persistência no fracasso. A situação ambiental hoje é pior do que há cinquenta anos atrás. Sérgio Buarque reconhece isso[6], mas acredita que o caminho, que até agora não conseguiu melhorar realmente a situação, apesar dos avanços, dever ser mantido.

Uma e outra vertente são possuídas pelo que os convivialistas denominam de Hubris (*Second Manifeste Convivialiste. Pour un monde post-néolibéral*, 2020). Ou seja, o sentimento de arrogância e desmantelo que não reconhece os limites do crescimento econômico e sua irracionalidade. Enfim, falta de comedimento.[7]

Porém, os defensores do desenvolvimento sustentável, como meu amigo Sérgio Buarque e tantos outros, acreditam que é possível “orientar a sustentabilidade do desenvolvimento submetendo a economia a padrões compatíveis com o meio ambiente”, pois, afinal é “indispensável elevar a renda dos países pobres”. Da segunda afirmação não há quem discorde, embora prefira acentuar o acesso a bens e serviços indispensáveis a uma vida digna. Afinal, todos os humanos têm igual direito a uma vida digna, mas o caminho preconizado não pode ser o da destruição da natureza, como tem sido até agora.

O terceiro ator do campo da sustentabilidade, os pós-desenvolvimentistas, entre

os quais situam-se os decrescentistas, também defendem que a oferta de bens materiais e serviços deve crescer nos países pobres. Melhor ainda, nas camadas pobres, pois a “cortina de ouro”, como defende Cristovam Buarque, inspirado em Osvaldo Sunkel, não separa apenas países, mas também grupos sociais no interior dos países. Porém, o caminho não pode ser o crescimento contínuo. Como diz Morin, é preciso crescer/decrecendo (*La Voie*, 2011)

O problema de obter a prosperidade sem crescimento (*Prosperity without Growth*, 2009), como prega Tim Jackson, é o dilema central de nossa civilização. O enigma de sua sobrevivência. E o desenvolvimento sustentável não tem conseguido responder, pois é preciso uma outra economia, como diz Manuel Castells[8] – uma economia circular. Portanto, o bom combate não é o de defender o desenvolvimento sustentável, mas o de encontrar a alternativa[9]. Os decrescentistas tentam fazer isso, articulando redução do consumo (salvar os obesos), distribuição de riquezas (salvar os famintos) e reutilização e reciclagem dos produtos (salvar a natureza). Como realizar isso é o dilema a que somos todos convidados a enfrentar. Este é o bom combate, que o desenvolvimento sustentável teve mais de meio século para provar, e não o fez. E por que? Porque é prisioneiro de um oximoro.

Notas

[1] *A terceira margem: em busca do ecodesenvolvimento*, Cia. das letras, 2009.

[2] Publicado no Brasil pela Perspectiva, 1973.

[3] “O custo, em termos de depredação do mundo físico, desse estilo de vida, é de tal forma elevado que toda tentativa de generalizá-lo levaria inexoravelmente ao colapso de toda uma civilização, pondo em risco as possibilidades de sobrevivência da espécie humana”. (Furtado, p.75)

[4] “O DS é aquele é capaz de atender as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras para atender as suas necessidades”. Onde estão os limites do meio ambiente? De forma indireta, assentado em necessidades futuras, as quais ninguém sabe quais são. O conceito tornou-se genérico e moral, não técnico.

[5] Que surge pela primeira vez no relatório do *World Conservation Strategy* (1980)

[6] O diagnóstico de Elimar Nascimento sobre a intensidade, a extensão e as causas da degradação ambiental (artigo intitulado “Adeus ao desenvolvimento” publicado na

Revista Será?) é incontestável

[7] Infelizmente o espaço não permite introduzir as distinções entre sustentabilidade fraca e forte, em particular a visão da economia ecológica, apenas parcialmente apropriada pelos pós-desenvolvimentistas.

[8] Manuel Castells (Org.). *Outra economia é possível. Cultura e economia em tempos de crise*. Zahar, 2019.

[9] Salvo se despirmos a ideia de desenvolvimento de crescimento econômico, o que os defensores do desenvolvimento sustentável não conseguem, salvo exceções, como Daly Crescimento sustentável? Não, obrigado. *Ambiente e Sociedade*, v.7. no